

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA Nº 041/2022**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**03/10/2022 (SEGUNDA-FEIRA) - 17:30 HORAS**

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 029/2022 - LUCIANO FEITOSA DE MELO E VEREADORES** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de dar publicidade sobre a localização dos Ecopontos instalados no Município de Rio Claro e dá outras providências. Processo nº 16008.

2 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 128/2022 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 128/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Processo nº 16128.

3 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 130/2022 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 130/2022 - pela legalidade com ressalvas. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Processo nº 16130.

4 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 064/2022 - DIEGO GARCIA GONZALEZ** - Assegura às pessoas com deficiência auditiva, o direito a atendimento por tradutor ou intérprete de libras nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, nas empresas concessionárias de serviços públicos. Parecer Jurídico nº 64/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 054/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 059/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 077/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 081/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência nº 005/2022 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 090/2022 - pela aprovação. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR DIEGO GARCIA GONZALEZ.** Processo nº 16052.

## **PROJETOS COM PEDIDO DE VISTA PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO:**

**PROJETO DE LEI Nº 226/2017 - DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI** - Denominação de Escola do Residencial Benjamin de Castro, localizada na Avenida 10-JC, "Professor Aldo Zotarelli Junior".

**PROJETO DE LEI Nº 033/2022 - SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE** - Proíbe a exploração de bens públicos e informações privilegiadas obtidas em razão da função pública para fins de monetização e/ou captação de inscitos em redes sociais e dá outras providências.

**PROJETO DE LEI Nº 035/2022 - DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI E CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO** - Veda a nomeação de pessoas, pela administração pública direta e indireta, condenadas pela Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha".

\*\*\*\*\*

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 029/2022**

PROCESSO Nº 16008

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### **PROJETO DE LEI**

**(Dispõe sobre a obrigatoriedade de dar publicidade sobre a localização dos Ecopontos instalados no Município de Rio Claro e dá outras providências).**

Artigo 1º - Os Ecopontos destinados ao descarte de resíduos sólidos no Município de Rio Claro terão sua localização, assim como o tipo de resíduo que podem receber, divulgados através de cartazes informativos afixados nos estabelecimentos municipais ou no site da Prefeitura Municipal, a critério do Poder Executivo.

Artigo 2º - A presente Lei será regulamentada pelo Executivo no que couber.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 26/09/2022 - Maioria Simples.

MINUTA

PROJETO DE LEI NO VALOR DE R\$ 1.290.952,00

Este Projeto de Lei tem por finalidade complementar o orçamento da Fundação Municipal de Saúde o montante de **R\$ 1.290.952,00** ( um milhão, duzentos e noventa mil, novecentos e cinquenta reais ) referente a diversas Emendas Parlamentares recebidas para o desenvolvimento de diversas ações visando a melhoria do atendimento a população em relação aos serviços prestados à saúde. Informamos também que esses recursos já se encontram depositados nas contas bancárias da Fundação aguardando a aprovação deste referido Projeto de Lei para que se possam começar as respectivas execuções. Segue a relação das emendas:

<i>PARLAMENTAR</i>	<i>VALOR</i>	<i>OBJETO</i>	<i>DESTINO</i>
Paulo Teixeira	R\$ 150.000,00	Custeio PAB	Abrigo S.Vicente de Paula
Policial Katia Sastre	R\$ 100.000,00	Custeio MAC	Sta. Casa
Vinicius Poit	R\$ 250.000,00	Custeio MAC	Sta. Casa
Baleia Rossi	R\$ 133.337,00	Custeio MAC	Sta. Casa
Moguel Lombardi	R\$ 50.000,00	Custeio MAC	APAE
Adriana Ventura	R\$ 400.000,00	Custeio MAC	Sta. Casa
Alexis Fonteneyne	R\$ 100.000,00	Custeio MAC	Fund. Munic. Saúde
General Peternelli	R\$ 107.615,00	Custeio MAC	Sta. Casa

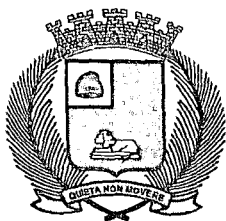
Expressamos nossa extrema necessidade neste Projeto de Lei pois temos que dar continuidade às Ações e Serviços Públicos de Saúde vinculadas a estes propósitos.

  
GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI  
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Rio Claro, 23 e agosto de 2022.

3.AG.2022 16:12

GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI



**Prefeitura Municipal de Rio Claro**  
**Estado de São Paulo**

*PROJETO DE LEI Nº 128/2022*

*(Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências )*

*Artigo 1º* - Fica suplementado no orçamento da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro o Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 1.290.952,00** (hum milhão, duzentos e noventa mil, novecentos e cinquenta e dois reais) destinado as despesas para cumprimento das ações e serviços de saúde custeadas pelos programas pactuados junto ao SUS.

**Parágrafo Único** – Caso haja necessidade de complementação do valor estabelecido no artigo acima, fica o Prefeito Municipal autorizado a elevar o referido crédito em 20% ( vinte por cento ), mediante Decreto.

*Artigo 2º* - A classificação orçamentária de que se trata o Crédito Adicional Suplementar, objeto desta Lei, será a seguinte:

**ANEXO I – ACRÉSCIMO**

**ÓRGÃO: 16.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**16.02 – COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DAS UNIDS. DE SAÚDE**

<i><b>FUNCIONAL PROGR</b></i>	<i><b>FONTE</b></i>	<i><b>DESP.</b></i>	<i><b>DESCRIÇÃO</b></i>	<i><b>VALOR R\$</b></i>
10.302.1005.2137-3390	05	2627	Gerenciamento do Teto Financeiro	100.000,00
10.302.1005.2138-3390	05	1630	Remuneração de Servs. Produzidos	1.190.952,00
<b>TOTAL DA UNID.</b>				<b>1.290.952,00</b>



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

*Artigo 3º* - Os créditos abertos por esta Lei serão cobertos com recursos provenientes de:

**I- EXCESSO DE ARRECADAÇÃO** autorizado pelos artigos 4º, inciso II e 6º da Lei nº 5586 de 14 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 1.290.952,00 ( um milhão, duzentos e noventa mil , novecentos e cinquenta e dois reais ) provenientes de recursos federais através de emendas parlamentares.

*Artigo 4º* - Esta Lei entra em vigor nesta data.

*Rio Claro, 23 de agosto de 2022*

**GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO**

Prefeito Municipal

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PARECER JURÍDICO Nº 128/2022 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 128/2022 - PROCESSO Nº 16128-446-22.

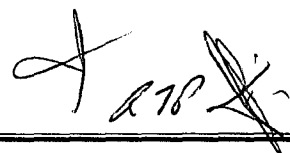
Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 128/2022, de autoria do nobre Prefeito Municipal, Dr. Gustavo Ramos Perissinotto, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.290.952,00 (um milhão, duzentos e noventa mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sete centavos) e dá outras providências.

A iniciativa dos Projetos de Lei pode partir dos próprios cidadãos, Prefeito, Vereadores, Comissões ou até mesmo da Mesa, nos termos do disposto no artigo 134 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no artigo 44 da Lei Orgânica do Município.

Por sua vez, o artigo 79, incisos XV e XIX, da LOMRC, estabelece ser de competência do Senhor Prefeito Municipal, realizar operações de crédito autorizadas pela Câmara Municipal e delegar por decreto à autoridade do Executivo, funções administrativas que sejam de sua exclusiva competência.

### DA LEGALIDADE

A Lei 4320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



06

# Câmara Municipal de Rio Claro

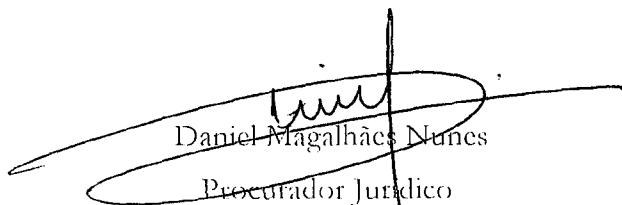
Estado de São Paulo


Os artigos 42 e 43 da mencionada legislação dispõem que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto legislativo, assim como que a abertura dos referidos créditos depende da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa e será precedida de justificativa.

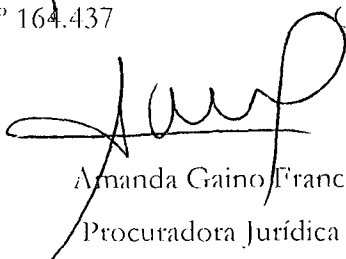
Nota-se, no caso em tela, que as exigências acima relatadas foram cumpridas, tendo em vista que o crédito autorizado no artigo 1º do Projeto de Lei ora analisado será coberto com o Excesso de Arrecadação, provenientes de recursos federais através de emendas parlamentares.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se reveste de **legalidade**.

Rio Claro, 13 de setembro de 2022.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


## PARECER COMISSÃO CONJUNTA


### PROJETO DE LEI Nº 128/2022

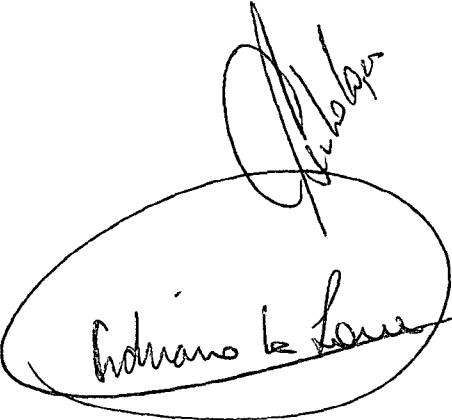
O presente Projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

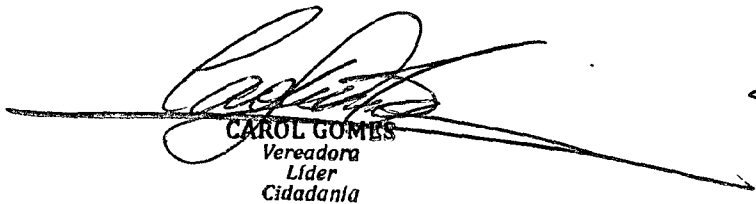
Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

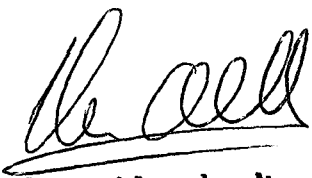
Rio Claro, 26 de setembro de 2022.

  
**SIVALDO FAÍSCA**  
Vereador União Brasil

  
**ALESSANDRO ALMEIDA**  
Vereador

  
**Adriano de Souza**

  
**CAROL GOMES**  
Vereadora  
Líder  
Cidadania

  
**Hernani Leonhardt**  
Vereador



**MINUTA**

**PROJETO DE LEI NO VALOR DE R\$ 10.897.472,00**

Este Projeto de Lei tem por finalidade suplementar o orçamento da Fundação Municipal de Saúde o montante de R\$ 8.487.472,00 ( oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e setenta e dois reais ) referente a diversas Emendas Parlamentares recebidas para o desenvolvimento de diversas ações visando a melhoria do atendimento a população em relação aos serviços prestados à saúde. Informamos também que esses recursos já se encontram depositados nas contas bancárias da Fundação aguardando a aprovação deste referido Projeto de Lei para que possam começar as execuções. O valor da adequação orçamentária de R\$ 2.910.000,00 refere-se as despesas para o início das ações para a implantação do HOSPITAL DIA .

Expressamos nossa extrema necessidade neste Projeto de Lei pois temos que dar continuidade às Ações e Serviços Públicos de Saúde vinculadas a estes propósitos.

  
GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI  
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Rio Claro, 09 de setembro de 2022.



FUNDAÇÃO /  
SECRETARIA DE  
**SAÚDE**



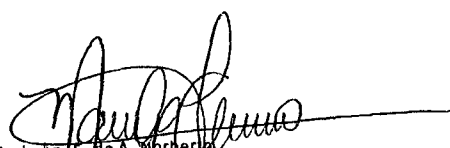
PREFEITURA DE  
**Rio Claro**

**PROJETO DE LEI Nº 130/2022 – R\$ 10.897.472,00**

RELAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES RECEBIDAS DA UNIÃO E DO ESTADO, CONSTANTES DO PROJETO DE LEI EM ANÁLISE.

PARLAMENTAR	VALOR	OBJETO	DESTINO
<b>FEDERAIS</b>			
Miguel Lombardi	2.910.000,00	Custeio pab	FMSRC
Jeferson Campos	300.000,00	Custeio pab	FMSRC
Relator geral	527.472,00	Custeio mac	FMSRC
Cap.Derrite	100.000,00	Custeio mac	FMSRC
Cap.derrite	100.000,00	Custeio Mac	STA CASA
Alexandre Padilha	100.000,00	Custeio Pab	FMSRC
Marcos Pereira	500.000,00	Custeio Mac	FMSRC
Arlindo Chinaglia	400.000,00	Custeio Mac	FMSRC
<b>TOTAL.....</b>	<b>4.937.472,00</b>		
<b>ESTADUAIS</b>			
Casa Civil	1.200.000,00	Custeio mac	FMSRC
Casa Civil	100.000,00	Custeio mac	FMSRC
Casa civil	100.000,00	Invest/mac	FMSRC
Alex de Madureira	350.000,00	Mac/pab	FMSRC
Casa Civil	400.000,00	Custeio Mac	FMSRC
Paulinho da Força	100.000,00	Custeio MAC	FMSRC
Guilherme Mussi	500.000,00	Custeio MAC	FMSRC
Guilherme Mussi	500.000,00	Custeio MAC	FMSRC
Edimir Chedid	300.000,00	Custeio MAC	FMSRC
<b>TOTAL.....</b>	<b>3.550.000,00</b>		
<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>8.487.472,00</b>		

  
GIULIA PUTTOMATTI  
Presidente FMSRC  
Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro

  
Maria Ap. P. de A. Norberto  
Diretora Financeira  
Contadora-CRC: SP-155.451  
Fundação Mun. de Saúde de Rio Claro/SP

**RC:09/09/2022**

**MINUTA****PROJETO DE LEI NO VALOR DE R\$ 10.897.472,00**

Este Projeto de Lei tem por finalidade suplementar o orçamento da Fundação Municipal de Saúde o montante de R\$ 8.487.472,00 ( oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e setenta e dois reais ) referente a diversas Emendas Parlamentares recebidas para o desenvolvimento de diversas ações visando a melhoria do atendimento a população em relação aos serviços prestados à saúde. Informamos também que esses recursos já se encontram depositados nas contas bancárias da Fundação aguardando a aprovação deste referido Projeto de Lei para que possam começar as execuções. O valor da adequação orçamentária de R\$ 2.910.000,00 refere-se as despesas para o início das ações para a implantação do HOSPITAL DIA .

Expressamos nossa extrema necessidade neste Projeto de Lei pois temos que dar continuidade às Ações e Serviços Públicos de Saúde vinculadas a estes propósitos.

**GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI****Presidente da Fundação Municipal de Saúde****Rio Claro, 15 de julho de 2022.**



**ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**  
( art. 16 da LRF 101/2000 )

**ÓRGÃO:** Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro - SP

**PERÍODO:** Exercícios de 2022, 2023 , 2024

**IMPÁCTO:** 003/2022

Estimativa de Impacto Financeiro e Orçamentário referente ao Projeto de Lei que altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 159 de 14/12/2021 e na Lei Complementar nº 94 de 22/12/2014 com relação aos cargos de Procurador Judicial, Agente de Controle de Zoonoses e gratificação retribuição pecuniária.

Diante o exposto acima, teríamos o seguinte ESTUDO DE IMPACTO:

DESPESA	R\$
Valor estimado da despesa atual	184.700,00

Portanto, o ato acarreta aumento da despesa ao valor mensal de R\$ 28.415,00 ( vinte e oito mil, quatrocentos e quinze reais ).

**ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

(+) Superavit Financeiro Previsto para 31/12/2022	0,00
(+) Receita Prevista para 2022	229.567.260,00
(=) Disponibilidade Financeira Estimada para 2022	229.567.260,00
(-) Valor da despesa no exercício	184.700,00
(-) Impacto Financeiro	0,08%
(-) Impacto Orçamentário	0,08%

(+) Superavit Financeiro Previsto para 31/12/2023	0,00
(+) Receita Prevista para 2023	241.045.623,00
(=) Disponibilidade Financeira Estimada para 2023	241.045.623,00
(-) Valor da despesa no exercício	197.625,00
(-) Impacto Financeiro	0,08%
(-) Impacto Orçamentário	0,08%



(+) Superávit Financeiro Previsto para 31/12/2024	0,00
(+) Receita Prevista para 2024	253.097.904,00
(=) Disponibilidade Financeira Estimada para 2024	253.097.904,00
(-) Valor da despesa no exercício	211.460,00
(-) Impacto Financeiro	0,08%
(-) Impacto Orçamentário	0,08%

**ANEXO 1 - PROJEÇÃO COM PESSOAL**

31/12/2022

Receita Corrente Líquida Estimada	923.066.344,00
Custo anual da Folha de Pagto. e Encargos (previsto p/2022)	154.600.000,00
Impacto - implantação deste Projeto de Lei	184.700,00
Custo anual Estimado p/ a Folha de Pagamento e Encargos	154.784.700,00
Percentual estimado em 31/12/2022	<b>16,77%</b>

31/12/2023

Receita Corrente Líquida Estimada	988.112.969,10
Custo anual da Folha de Pagto. e Encargos (previsto p/2023)	160.784.000,00
Impacto - implantação deste Projeto de Lei	197.625,00
Custo anual Estimado p/ a Folha de Pagamento e Encargos	160.981.625,00
Percentual estimado em 31/12/2023	<b>16,29%</b>

31/12/2024

Receita Corrente Líquida Estimada	1.047.399.747,25
Custo anual da Folha de Pagto. e Encargos (previsto p/2023)	167.215.360,00
Impacto - implantação deste Projeto de Lei	211.460,00
Custo anual Estimado p/ a Folha de Pagamento e Encargos	167.426.820,00
Percentual estimado em 31/12/2023	<b>15,98%</b>

Considerando crescimento de vantagens legais de 4% e evolução da receita de 5% para os exercícios de 2023 e 2024.

**ANEXO 2 - DESPESAS ATENDIDAS**

Este estudo de Impacto Financeiro e Orçamentário considerou que a implantação das despesas ocorrerão a partir de julho de 2022.

Na previsão das receitas foram considerados os valores projetados na Lei do PPA 2022/2025.

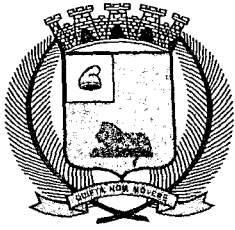
Nos exercícios de 2023 e 2024 foram considerados 12 meses de despesas.

**DECLARAÇÃO DE OTIMADOR DA DESPESA**

Declaro ainda, que o aumento da despesa objeto deste estudo tem adequação orçamentária e financeira com a LOA, compatibilidade com o PPA e com a LDO, sendo que sua implantação não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do Município e não afetará as metas de Resultado Nominal e Primário.

MARIA AP. FELISBINO DE ALMEIDA NORBERTO  
Diretora Financeira

*Rio Claro, 09 de junho de 2022*



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.051/22

Rio Caro, 03 de agosto de 2022

Senhor Presidente,

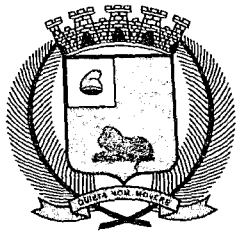
Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e dos demais nobres Edis, para análise e votação o anexo Projeto de Lei, com fundamento nos artigos 42 e 43 da Lei n.º 4.320 de 17/03/1964, o qual solicita autorização legislativa para a abertura de Crédito Adicional Suplementar, destinado as despesas para cumprimento de ações e serviços de saúde custeadas pelos programas pactuados junto ao SUS, que serão cobertos com o excesso de arrecadação por diversas Emendas Parlamentares recebidas no exercício.

Na certeza da rápida aprovação do incluso Projeto por parte dos nobres Senhores Vereadores, antecipo os mais sinceros agradecimentos e aproveito para solicitar o mesmo tenha sua tramitação em caráter de urgência nos termos do artigo 50 da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
RIO CLARO



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 130/2022

(Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências)

Artigo 1º - Fica suplementado na Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.897.472,00 (dez milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais) destinado as despesas para cumprimento das ações e serviços de saúde custeadas pelos programas pactuados junto ao SUS.

Parágrafo Único - Caso haja necessidade de complementação do valor estabelecido no artigo acima, fica o Prefeito Municipal autorizado a elevar o referido crédito em 20% ( vinte por cento ), mediante Decreto.

Artigo 2º - A classificação orçamentária de que se trata o Crédito Adicional Suplementar, objeto desta Lei, será a seguinte:

### ANEXO I – ACRÉSCIMO

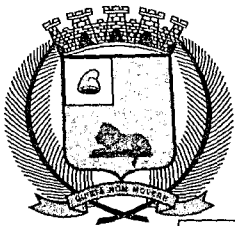
ÓRGÃO: 16.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
16.01 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, DIRETORIAS E ASSESSORIAS

FUNCIONAL PROGR	FONTE	DESP.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
10.122.1001.2178-3390	01	2002	Manut. da Rede de Informatização	350.000,00
10.122.1001.2178-3390	01	1376	Manut. do Gabinete da Presid., Diretorias e Assessorias	200.000,00
10.122.1010.1030-4490	01	2309	Constr., Reformas e Ampliações	2.410.000,00
TOTAL DA UNID.				2.960.000,00

16.02 – COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DAS UNIDS. DE SAÚDE

FUNCIONAL PROGR	FONTE	DESP.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
10.302.1005.2329-3371	05	2742	Consórcio Munic. de Saúde	250.000,00
10.301.1003.2108-3390	05	1482	Manut.Geral das Unids. de Saúde	2.010.000,00
10.301.1004.2113-3390	05	1514	Gestão das Ações do Progr.Saúde da Família	1.000.000,00
10.301.1004.2113-3390	05	1520	Gestão das Ações do Progr.Saúde da Família	300.000,00
10.302.1005.2136-3390	05	1603	Manut.do Laboratório de Análises Clínicas	300.000,00
10.302.1005.2128-3390	05	1761	Gestão das Ações da UPA	400.000,00
10.302.1005.2128-3390	05	2718	Manut.do Laboratório de Análises Clínicas	350.000,00
10.302.1005.2137-3390	05	2627	Gerenciamento do Teto Financeiro	800.000,00
10.302.1005.2138-3390	05	1630	Remuneração de Servs. Produzidos	1.900.000,00





# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

10.302.1005.2147-3390	05	2059	Gestão das Ações do C.H.I.	150.000,00
10.302.1005.2149-3390	05	2561	Manut.das Ações de Urg.e Emerg.	277.472,00
10.302.1005.2145-4490	05	2736	Admin.dos Servs. de Transportes	100.000,00
10.302.1005.2138-3390	05	1628	Remuneração de Servs. Produzidos	100.000,00
TOTAL DA UNID.				7.937.472,00

## ANEXO II – REDUÇÃO

ÓRGÃO: 16.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

16.01 – GABINETE DA PRESIDÊNCIA, DIRETORIAS E ASSESSORIAS

FUNCIONAL PROGR	FONTE	DESP.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
10.122.1001.2178-3390	01	2035	Aporte para o Déficit Atuarial	2.410.000,00
TOTAL DA UNID.				2.410.000,00

Artigo 3º - Os créditos abertos por esta Lei será coberto com recursos proveniente de:

I- EXCESSO DE ARRECADAÇÃO autorizado pelos artigos 4º , inciso II e 6º da Lei nº 5586 de 14 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 8.487.472,00 ( oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil , quatrocentos e setenta e dois reais ) provenientes de recursos federais e estaduais através de emendas parlamentares.

II- ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO autorizado pelos artigos 4º , inciso III e 6º da Lei nº 5586 de 14 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 2.410.000,00 ( dois milhões e quatrocentos e dez mil ) .

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor nesta data.

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO  
Prefeito Municipal

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 130/2022 - REFERENTE AO PROJETO DE  
LEI Nº 130/2022 - PROCESSO Nº 16130-448-22.

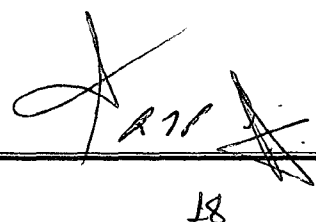
Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 130/2022, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

A iniciativa dos Projetos de Lei pode partir dos próprios cidadãos, Prefeito, Vereadores, Comissões ou até mesmo da Mesa, nos termos do disposto no artigo 134 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no artigo 44 da Lei Orgânica do Município.

Por sua vez, o artigo 79, incisos XV e XIX, da LOMRC, estabelece ser de competência do Senhor Prefeito Municipal, realizar operações de crédito autorizadas pela Câmara Municipal e delegar por decreto à autoridade do Executivo, funções administrativas que sejam de sua exclusiva competência.



Handwritten signature and initials, possibly reading 'R 11'.

# Câmara Municipal de Rio Claro

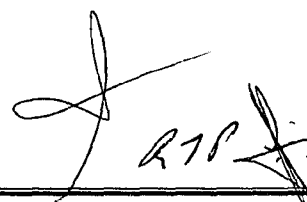
Estado de São Paulo

A Lei 4320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os artigos 42 e 43 da mencionada legislação dispõem que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto legislativo, bem como a abertura dos referidos créditos **depende da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa e será precedida de justificativa.**

Nota-se, no caso em tela, **que as exigências acima relatadas serão cobertas através de recursos provenientes de emendas parlamentares federais e estaduais, o que não foi efetivamente comprovado, devendo ser demonstrado, conforme disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Municipal nº 5586/2021, e disposto no artigo 43, inciso II da Lei Federal nº 4320/64, além da anulação parcial de dotação, com a redução do Aporte para o Déficit Atuarial, conforme disposto no próprio Projeto de Lei em seu artigo 3º.**

Repise-se, que o referido projeto visa à abertura de Crédito Adicional Suplementar destinado as despesas para cumprimento das ações e serviços da saúde custeadas pelos programas pactuados junto ao SUS, **mas sem comprovar o excesso de arrecadação por emendas parlamentares recebidas no exercício, além da anulação parcial de dotação com a redução do Aporte para o Déficit Atuarial no valor de R\$ 2.410.000,00 para construções, reformas e ampliações sem a devida justificativa, conforme determina o artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64.**

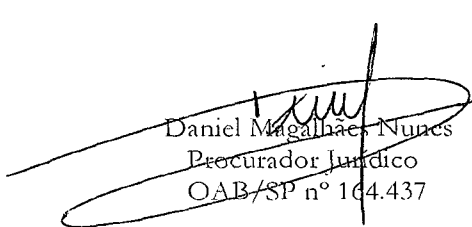

Handwritten signature and initials, possibly "RTP", in black ink.

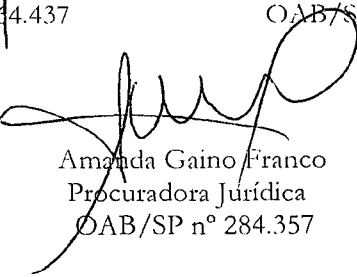
# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei se revestirá de legalidade após atendidas as ressalvas acima apontadas.

Rio Claro, 06 de setembro de 2022.

	
Daniel Magalhães Nunes	Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico	Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437	OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


## PARECER COMISSÃO CONJUNTA

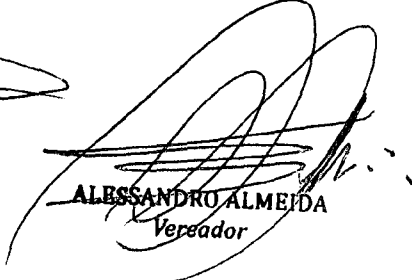
### PROJETO DE LEI Nº 130/2022

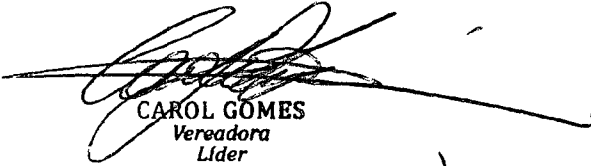
O presente Projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.


Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

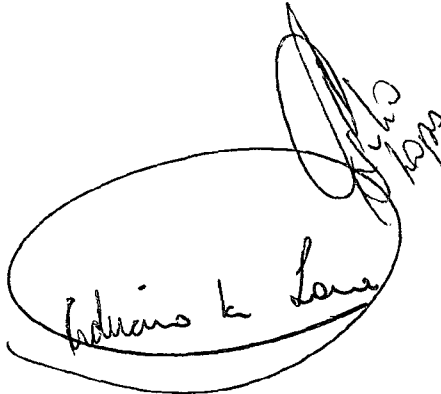
Rio Claro, 26 de setembro de 2022.

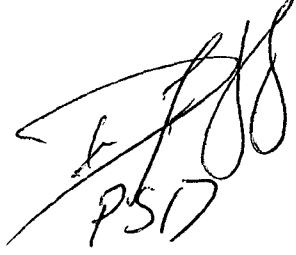
  
**SIVALDO FAÍSCA**  
Vereador União Brasil

  
**ALESSANDRO ALMEIDA**  
Vereador

  
**CAROL GOMES**  
Vereadora  
Líder  
Cidadania

  
**Hernani Leonhardt**  
Vereador  
MDB

  
Sivaldo Faísca

  
PSD

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 064/2022

(ASSEGURA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA O DIREITO A ATENDIMENTO POR TRADUTOR OU INTÉRPRETE DE LIBRAS NOS ORGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS).

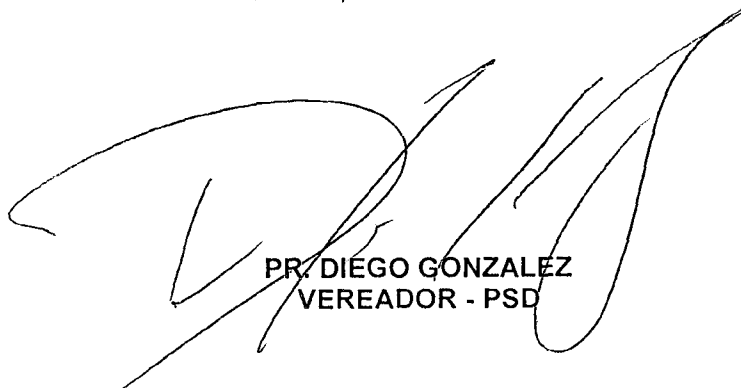
Art. 1º Fica assegurado as pessoas com deficiência auditiva o direito a atendimento por tradutor ou intérprete de LIBRAS nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Rio Claro.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por Decreto.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 13 de Maio de 2022.



PR. DIÉGO GONZALEZ  
VEREADOR - PSD

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


PARECER JURÍDICO Nº 64/2022, REFERENTE AO  
PROJETO DE LEI Nº 64/2022 – PROCESSO Nº 16052-370-22.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Lei nº 64/2022, de autoria do nobre Vereador Diego Garcia Gonzalez, que assegura as pessoas com deficiência auditiva o direito a atendimento por tradutor ou intérprete de Libras nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta nas empresas concessionárias de serviços públicos.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica proceder análise relativa ao mérito ou conveniência da proposta ora apresentada.

Em relação ao aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

  
1. 21.10.22 

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

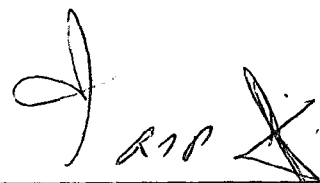
Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Verifica-se a existência da Lei Municipal nº 4410, de 22 de novembro de 2012, de autoria do próprio Vereador José Júlio Lopes de Abreu, que dispõe sobre a inserção do intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em todos os eventos públicos oficiais no Município de Rio Claro.

Nota-se, que embora tenha a Lei Municipal acima mencionada, o projeto de lei ora analisado pretende assegurar o atendimento por intérprete de LIBRAS nos órgãos e entidades da administração direta e indireta à todas as pessoas com deficiência auditiva, não havendo incompatibilidade entre as normas, apenas estendendo a regulamentação a toda a Administração Pública e não somente aos eventos públicos.

Mencionada proposição ainda não aufere atribuições aos órgãos da administração pública mas apenas a participação de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), devidamente reconhecida pela Lei Federal n. 10.436, de 24 de abril de 2002.





# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

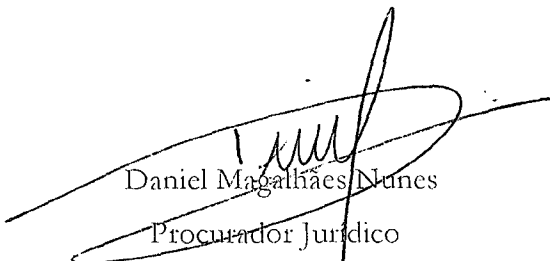
Entretanto, considerando que o Poder Legislativo Municipal não pode interferir nos contratos de concessão de serviços públicos da rede pública Municipal e do Estado, sugerimos a seguinte emenda supressiva na Ementa do Projeto de Lei:


## EMENDA SUPRESSIVA

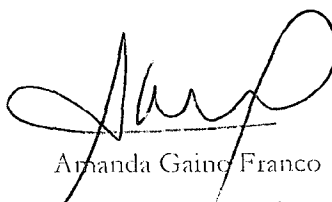
Na Ementa do Projeto de Lei, que seja suprimido a expressão “...NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.”

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 19 de maio de 2022.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357



**Portal de Legislação do Município de Rio Claro / SP**

**LEI MUNICIPAL Nº 5.355, DE 26/11/2019**

**DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DO INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS), EM TODOS OS EVENTOS PÚBLICOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO.**

**(Projeto de Lei de autoria do Vereador José Júlio Lopes de Abreu)**

*Eu, JOÃO TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei: -*

**Art. 1º** Todos os Eventos Públicos Oficiais realizados no Município de Rio Claro, pela Câmara Municipal de Rio Claro, deverão contar com intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), reconhecida pela LEI FEDERAL nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

**Art. 2º** O objetivo dessa Lei é garantir mecanismos de ampliação da inclusão social das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Rio Claro, 26 de novembro de 2019*

*JOÃO TEIXEIRA JUNIOR  
Prefeito Municipal*

*RODRIGO RAGGHIANTE  
Secretário dos Negócios Jurídicos*

*Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na  
mesma data supra.*

*JEAN WALTER LOPES SCUDELLER  
Secretário da Administração*



**Portal de Legislação do Município de Rio Claro / SP**

LEI MUNICIPAL Nº 5.277, DE 07/05/2019

**DISPÕEM SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS PARTICULARES E SHOPPINGS CENTERS DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO A DISPONIBILIZAREM PROFISSIONAL CAPACITADO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS PARA ATENDER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**

**Projeto de Lei de autoria dos Vereadores Hernani Alberto Mônaco Leonhardt, José Pereira dos Santos e Maria do Carmo Guilherme.**

*Eu, JOÃO TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Ficam obrigadas as agências bancárias particulares e os Shoppings Centers instalados no Município de Rio Claro a disponibilizar pelo menos um funcionário capacitado para se comunicar em Língua Brasileira de Sinais Libras, para atender pessoas com deficiência.

§ 1º A obrigatoriedade que trata esta Lei compreende todo o período de funcionamento dos estabelecimentos mencionados no *caput* do presente artigo.

**Art. 2º** Os estabelecimentos mencionados no art. 1º desta Lei deverão fixar em local acessível ao público e de fácil visualização a indicação de que possuem funcionário apto para o atendimento através de Língua Brasileira de Sinais - Libras, bem como o número da presente Lei.

**Art. 3º** O não cumprimento do disposto nesta Lei implica as seguintes sanções:

I - multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na primeira ocorrência;

II - multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na segunda ocorrência;

III - multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e suspensão de sessenta dias do alvará de funcionamento, na terceira ocorrência;

IV - cassação definitiva do alvará de funcionamento, na quarta ocorrência.

**Parágrafo único.** Os valores das multas serão atualizados pelo índice IPCA ou outro que o substitua.

**Art. 4º** Os estabelecimentos deverão se adequar a presente Lei em até cento e oitenta dias de sua publicação.

**Art. 5º** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, no que couber.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Rio Claro, 07 de maio de 2019*

**JOÃO TEIXEIRA JUNIOR**  
*Prefeito Municipal*

**RODRIGO RAGGHIANTE**  
*Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos*

*Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.*

27

JEAN WALTER LOPES SCUDELLER  
Secretário Municipal da Administração



**Portal de Legislação do Município de Rio Claro / SP**

**LEI MUNICIPAL Nº 4.410, DE 22/11/2012  
DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DO INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS), EM TODOS OS  
EVENTOS PÚBLICOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO.**

**(Projeto de Lei de autoria do Vereador José Julio Lopes de Abreu)**

*Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Todos os eventos públicos oficiais realizados no Município de Rio Claro deverão contar com intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), reconhecida pela Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

**Art. 2º** O objetivo desta Lei é garantir mecanismos de ampliação da inclusão social das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º** O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nesta Lei em até 30 (trinta) dias, a contar de sua entrada em vigor.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Rio Claro, 22 de novembro de 2012.*

*Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO  
Prefeito Municipal*

*GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO  
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos*

*Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na  
mesma data supra.*

*JOSÉ RENATO GONÇALVES  
Secretário Municipal de Administração*

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 064/2022

PROCESSO Nº 16052-370-22

PARECER Nº 054/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **DIEGO GARCIA GONZALEZ**, (ASSEGURA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA O DIREITO A ATENDIMENTO POR TRADUTOR OU INTÉRPRETE DE LIBRAS NOS ORGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS).

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 23 de maio de 2022.

  
**PR. DIEGO GARCIA GONZALEZ**  
Presidente

  
**MOISÉS MENEZES MARQUES**  
Relator

**DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI**  
Membro

CÂMARA SECRETARIA

10JUN2022 15:00

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 064/2022

PROCESSO Nº 16052-370-22

PARECER Nº 059/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **DIEGO GARCIA GONZÁLEZ**, (ASSEGURA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA O DIREITO A ATENDIMENTO POR TRADUTOR OU INTÉRPRETE DE LIBRAS NOS ORGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS).

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 13 de junho de 2022.



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Presidente



Rafael Henrique Andreetta  
Relator

Sérgio Montenegro Carnevale  
Membro

19JUL2022 15:05

CÂMARA SECRETARIA

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 064/2022

PROCESSO Nº 16052-370-22

PARECER Nº 077/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **DIEGO GARCIA GONZALEZ**, (ASSEGURA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA O DIREITO A ATENDIMENTO POR TRADUTOR OU INTÉRPRETE DE LIBRAS NOS ORGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS).

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 21 de julho de 2022.



Thiago Yamamoto  
Presidente



Irander Augusto Lopes  
Relator

Rodrigo Aparecido Guedes  
Membro

26 JUL 2022 15:08  
CÂMARA MUNICIPAL



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 064/2022


PROCESSO Nº 16052-370-22

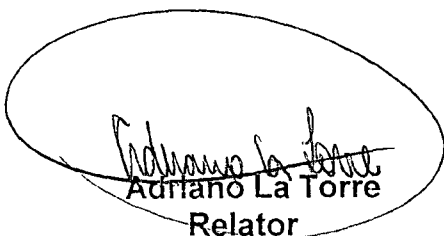
PARECER Nº 081/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **DIEGO GARCIA GONZALEZ**, (ASSEGURA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA O DIREITO A ATENDIMENTO POR TRADUTOR OU INTÉRPRETE DE LIBRAS NOS ORGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS).

Esta **Comissão** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **Aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 25 de julho de 2022.

  
Sivaldo Rodrigues de Oliveira  
Presidente

  
Adriano La Torre  
Relator

Vagner Aparecido Baungartner  
Membro

02/07/2022 15:16

CÂMARA SECRETARIA

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 064/2022


PROCESSO Nº 16052-370-22

PARECER Nº 005/2022

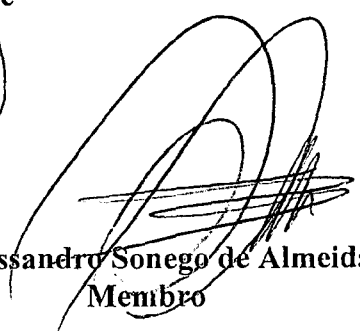
O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **DIEGO GARCIA GONZALEZ**, (ASSEGURA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA O DIREITO A ATENDIMENTO POR TRADUTOR OU INTÉRPRETE DE LIBRAS NOS ORGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS).

Esta Comissão opina pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Edilidade.

Rio Claro, 08 de agosto de 2022.

  
Vagner Aparecido Baungartner  
Presidente

José Júlio Lopes de Abreu  
Relator

  
Alessandro Soneto de Almeida  
Membro

11/08/2022 13:50

COMISSÃO DECRETADA

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 064/2022


PROCESSO Nº 16052-370-22

PARECER Nº 090/2022

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador DIEGO GARCIA GONZALEZ, (ASSEGURA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA O DIREITO A ATENDIMENTO POR TRADUTOR OU INTÉRPRETE DE LIBRAS NOS ORGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS).

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela Aprovação do Projeto de Lei.

Rio Claro, 11 de agosto de 2022.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Geraldo Luís de Moraes  
Relator

Paulo Marcos Guedes  
Membro

16/08/2022 11:15

CÂMARA SECRETARIA

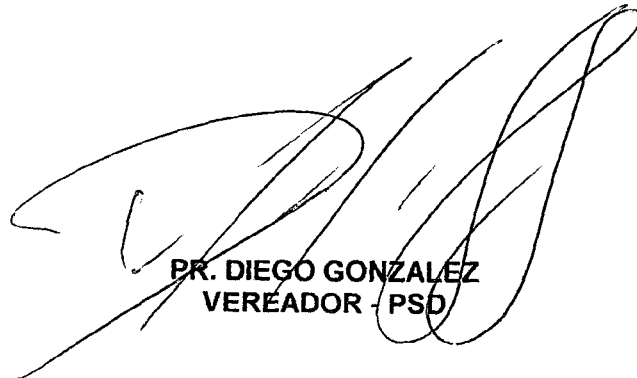
# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## EMENDA SUPRESSIVA

Na Ementa do Projeto de lei, que seja suprimido a expressão  
"...NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS. "

Rio Claro, 20 de Maio de 2022.



PR. DIEGO GONZALEZ  
VEREADOR - PSD

CÂMARA SECRETARIA

23MAI2022 16:13